

Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2011

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Iniciativa:

Ementa:

Estabelece medida cautelar de interesse público de suspensão das atividades de estabelecimento empresarial envolvido na falsificação, adulteração ou alteração, entre outras práticas, de combustíveis e lubrificantes, e define outras providências.

Explicação da Ementa:

Estabelece medida cautelar administrativa de interesse público de suspensão de atividades, decretada pela autoridade policial ou autoridade fiscal, e outras sanções, ao estabelecimento empresarial envolvido na importação, venda, exposição à venda, venda a distância, distribuição, entrega para consumo, fabricação, estocagem, guarda de combustível ou lubrificante falsificado, corrompido, adulterado ou alterado; prevê a revogação da medida cautelar administrativa, em sede de inquérito policial, quando não seja indicado nenhum indivíduo cuja atuação vincule o estabelecimento empresarial às práticas motivadoras da sua decretação ou quando o procedimento fiscalizatório concluir pela não ocorrência de nenhuma das práticas motivadoras da sua decretação ou quando não houver a instauração do processo penal contra o indicado; prevê que a medida cautelar converter-se-á na suspensão temporária das atividades do estabelecimento empresarial, por período não inferior a 6 (seis) meses e não superior a 5 (cinco) anos, a contar da conversão, no momento que o indiciado for condenado, em decisão transitada em julgado, em processo penal derivado das conclusões de inquérito policial ou quando o procedimento concluir pela ocorrência de alguma das práticas motivadoras da decretação da medida acautelatória.

Assunto: Jurídico - Direito do Consumidor

Data de Leitura: 15/08/2011

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada por Comissão em decisão

Último local: -

Destino: À Câmara dos Deputados

Último estado: 22/02/2017 - REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Despacho:

15/08/2011 (Despacho inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador José Pimentel (encerrado em 02/03/2016 - Deliberação da matéria)

Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2011

TRAMITAÇÃO

13/11/2018 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Á COARQ.

22/02/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício SF nº 102, de 22/02/17, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 28 a 30).

17/02/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado (fls. 26 e 27).

15/02/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: APROVADA

Ação: Encerrou-se no dia 15 de março de 2016 o prazo sem interposição do recurso no sentido da apreciação da presente matéria pelo Plenário.
Aprovada terminativamente pela CCJ, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 174

15/02/2017 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário.

17/03/2016 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SLSF, para elaboração de Ofício.

16/03/2016 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encerrou-se no dia 15 de março o prazo para interposição do recurso no sentido da apreciação pelo Plenário da presente matéria.
O projeto antes de ser enviado à Câmara dos Deputados, será devolvido à CCJ para compatibilização com a Lei nº 9.847, de 1999, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Publicado no DSF Páginas 191

16/03/2016 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação do término do prazo para interposição de recurso.

15/03/2016 SF-SGM - Secretaria Geral da Mesa

Ação: Sugestão de devolução do projeto à Comissão para adequação ao Inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

09/03/2016 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

TRAMITAÇÃO

Ação: À Corele, por solicitação.

08/03/2016 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Ação: Prazo para interposição de recurso: 09/03/2016 a 15/03/2016.

07/03/2016 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Ação: Encaminhado à publicação o Parecer nº.144, de 2016-CCJ, relator Senador José Pimentel, pela aprovação da matéria, com as Emendas nºs 1 e 2 - CCJ.

Anunciado o recebimento do Ofício nº 9, de 2016 - CCJ, do Presidente da Comissão, comunicando que aquela Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação da matéria, com as Emendas nºs 1 e 2 - CCJ.

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o presente projeto, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do RISF.

Publicado no DSF Páginas 80

Publicado no DSF Páginas 110-121

03/03/2016 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Aguardando leitura de parecer da CCJ.

03/03/2016 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SLSF, para prosseguimento da tramitação.

02/03/2016 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES

Ação: Na 3ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, durante a discussão da matéria, o Senador Aloysio Nunes Ferreira apresenta sugestão, que é acolhida pelo Relator, Senador José Pimentel.

A Comissão aprova o Projeto e as Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CCJ.

Anexei o Texto Final do PLS nº 476, de 2011.

Anexei o Ofício nº 09/2016- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF (fl. 21).

02/10/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

28/09/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Matéria constante da Pauta da 28ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agendada para o dia 30/09/2015.

Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2011

TRAMITAÇÃO

18/09/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Matéria constante da Pauta da 28ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agendada para o dia 23/09/2015.

16/09/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Em reunião realizada em 16/09/2015, a apreciação da matéria foi adiada.

11/09/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Matéria constante da Pauta da 27ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agendada para o dia 16/09/2015.

09/09/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Em reunião realizada em 09/09/2015, a apreciação da matéria foi adiada.

04/09/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Matéria constante da Pauta da 24ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agendada para o dia 09/09/2015.

02/09/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Em reunião realizada em 02/09/2015, a apreciação da matéria foi adiada.

28/08/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Matéria constante da Pauta da 23ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agendada para o dia 02/09/2015.

26/08/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Em reunião realizada em 26/08/2015, a apreciação da matéria foi adiada.

21/08/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Matéria constante da Pauta da 22ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agendada para o dia 26/08/2015.

19/08/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Em reunião realizada em 19/08/2015, a apreciação da matéria foi adiada.

14/08/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 21ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agendada para o dia 19/08/2015.

TRAMITAÇÃO

27/02/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com voto do Senador José Pimentel, pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

23/12/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de 2014.

01/08/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.

23/05/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Retirado de Pauta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão com Relatório do Senador José Pimentel pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.

11/04/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

14/10/2013 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido às 12h20 relatório do Senador José Pimentel, com voto pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

06/03/2013 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador José Pimentel, para emitir relatório.

23/08/2011 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.
Matéria aguardando distribuição.

17/08/2011 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Prazo para apresentação de emendas:

TRAMITAÇÃO

Primeiro dia: 17/08/2011.
Último dia: 23/08/2011.

16/08/2011 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Matéria sobre a Mesa desta Comissão aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas, e posterior distribuição.

15/08/2011 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Leitura.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Publicado no DSF Páginas 33023-33024

15/08/2011 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 5 (cinco) folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 476/2011

Data: 15/08/2011

Autor: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Local: null

Descrição/Ementa: Estabelece medida cautelar de interesse público de suspensão das atividades de estabelecimento empresarial envolvido na falsificação, adulteração ou alteração, entre outras práticas, de combustíveis e lubrificantes, e define outras providências.

Avulso inicial da matéria

Data: 15/08/2011

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Relatório Legislativo

Data: 14/10/2013

Autor: Senador José Pimentel (PT/CE)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido às 12h20 relatório do Senador José Pimentel, com voto pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Parecer

DOCUMENTOS

Data: 02/03/2016**Autor:** Senador José Pimentel (PT/CE)**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação Legislativa:** Na 3ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, durante a discussão da matéria, o Senador Aloysio Nunes Ferreira apresenta sugestão, que é acolhida pelo Relator, Senador José Pimentel.

A Comissão aprova o Projeto e as Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CCJ.

Anexei o Texto Final do PLS nº 476, de 2011.

Anexei o Ofício nº 09/2016- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF (fl. 21).

Anexo

Data: 02/03/2016**Autor:** -**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação Legislativa:** Na 3ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, durante a discussão da matéria, o Senador Aloysio Nunes Ferreira apresenta sugestão, que é acolhida pelo Relator, Senador José Pimentel.

A Comissão aprova o Projeto e as Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CCJ.

Anexei o Texto Final do PLS nº 476, de 2011.

Anexei o Ofício nº 09/2016- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF (fl. 21).

Descrição/Ementa: Lista de presença

Anexo

Data: 02/03/2016**Autor:** -**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação Legislativa:** Na 3ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, durante a discussão da matéria, o Senador Aloysio Nunes Ferreira apresenta sugestão, que é acolhida pelo Relator, Senador José Pimentel.

A Comissão aprova o Projeto e as Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CCJ.

Anexei o Texto Final do PLS nº 476, de 2011.

Anexei o Ofício nº 09/2016- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF (fl. 21).

Descrição/Ementa: Quadro de votação nominal

Texto final - Projeto de Lei

Data: 02/03/2016**Autor:** -**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação Legislativa:** Na 3ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, durante a discussão da matéria, o Senador Aloysio Nunes Ferreira apresenta sugestão, que é acolhida pelo Relator, Senador José Pimentel.

A Comissão aprova o Projeto e as Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CCJ.

Anexei o Texto Final do PLS nº 476, de 2011.

Anexei o Ofício nº 09/2016- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do

DOCUMENTOS

Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF (fl. 21).

Anexo

Data: 02/03/2016

Autor: -

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 3ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, durante a discussão da matéria, o Senador Aloysio Nunes Ferreira apresenta sugestão, que é acolhida pelo Relator, Senador José Pimentel.

A Comissão aprova o Projeto e as Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CCJ.

Anexei o Texto Final do PLS nº 476, de 2011.

Anexei o Ofício nº 09/2016- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF (fl. 21).

Descrição/Ementa: Ofício

Avulso de parecer

Data: 07/03/2016

Autor: -

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação o Parecer nº.144, de 2016-CCJ, relator Senador José Pimentel, pela aprovação da matéria, com as Emendas nºs 1 e 2 - CCJ.

Anunciado o recebimento do Ofício nº 9, de 2016 - CCJ, do Presidente da Comissão, comunicando que aquela Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação da matéria, com as Emendas nºs 1 e 2 - CCJ.

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o presente projeto, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do RISF.

Descrição/Ementa: Parecer nº.144, de 2016-CCJ

Quadro Comparativo

Data: 09/03/2016

Autor: -

Local: null

Descrição/Ementa: PLS 476/2011 x Emendas da CCJ

Autógrafo - PLS 476/2011

Data: 22/02/2017

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF nº 102, de 22/02/17, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 28 a 30).

Descrição/Ementa: Estabelece medida cautelar de interesse público de suspensão das atividades de estabelecimento empresarial envolvido na falsificação, adulteração ou alteração, entre outras práticas, de combustíveis e lubrificantes, e define outras providências.